

Relatório de Administração

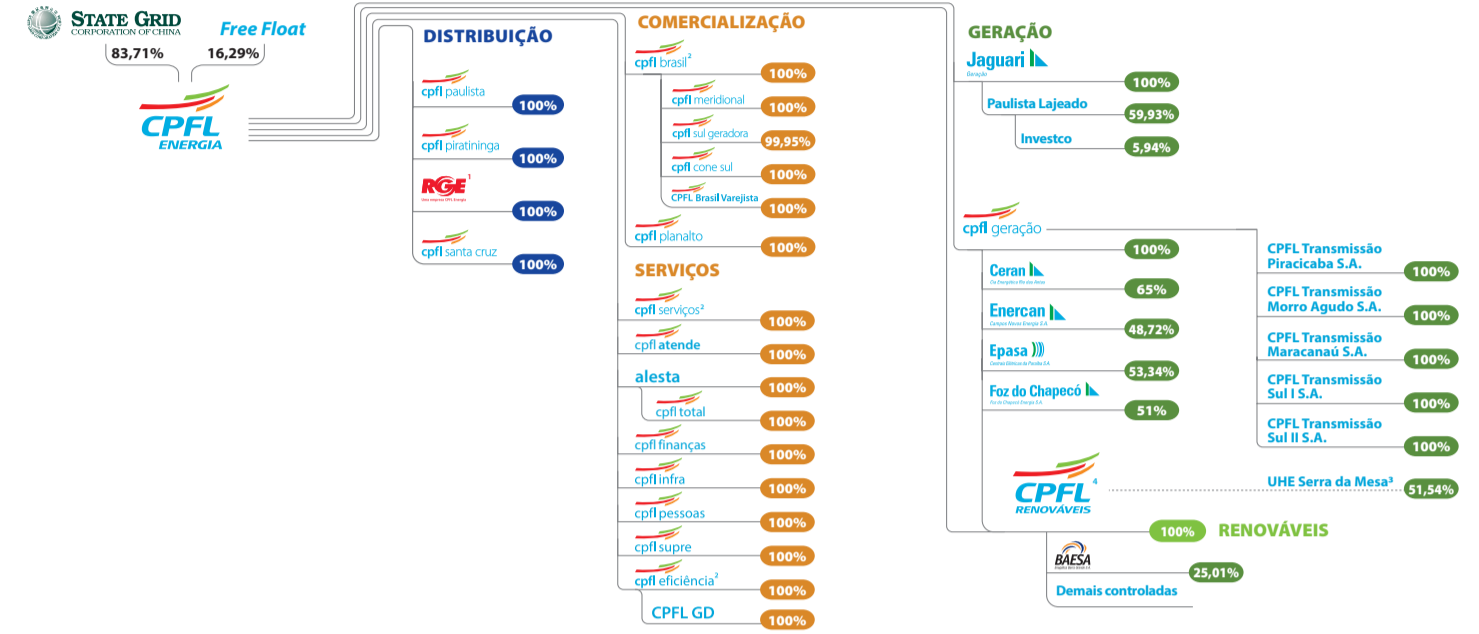
Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), que trouxe consequências desafiadoras para nossas vidas, para a Companhia e a economia brasileira. Já nos primeiros meses da pandemia, agimos rapidamente, priorizando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e segurança de todos nossos colaboradores, bem como garantindo a saúde financeira da nossa Companhia e a continuidade da prestação do serviço com a mesma excelência de sempre. Durante esse período realizamos um trabalho intenso e desafiador com interações com Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Reguladora - ANEEL e demais agentes do setor elétrico, para a criação da

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Base: 31/12/2020

Notas:

- (1) RGE é controlada pela CPFL Energia (89,0107%) e pela CPFL Brasil (10,9893%);
- (2) CPFL Soluções = CPFL Brasil + CPFL Serviços + CPFL Eficiência;
- (3) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Renováveis e Furnas;
- (4) CPFL Renováveis é controlada pela CPFL Energia (49,1502%) e pela CPFL Geração (50,8498%);
- (5) A Alesta está enquadrada no segmento "Outros". Para facilitar a visualização e por ter incorporado as ações da CPFL Total, está apresentada no segmento "Serviços".

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

AMBIENTE MACROECONÔMICO: Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrandou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19. A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbção de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid-19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso. Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc.). A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo. Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre - com a reposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%. 2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades. **AMBIENTE REGULATÓRIO:** As principais alterações da regulação setorial de 2020 no segmento de distribuição são destacadas a seguir: (i) A ANEEL aprovou, através da REN nº 874/2020, a nova metodologia para o cálculo e a periodicidade da atualização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica. Para transmissoras e geradoras, foram aprovadas as taxas para 2018 (7,66%), 2019 (7,39%) e 2020 (6,98%). Para as distribuidoras, foi aprovada a taxa para 2020 (7,32%). A partir de agora, o WACC será atualizado e publicado anualmente pela ANEEL. A cada ano será aplicada a taxa vigente nos processos de revisão que ocorrerem naquele ano; 2) Em 17/03/2020, através da REN nº 877/2020, ocorreu a revisão metodológica do Fator X associado à produtividade (componente Pd) a ser aplicado às distribuidoras de energia elétrica a partir de 2020, bem como as novas versões dos Submódulos 2.5 e 2.5a dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET. O objetivo da nova metodologia é refletir o histórico recente dos ganhos de produtividade do segmento de distribuição de energia elétrica e as variações conjunturais do mercado, nos reajustes tarifários anuais, a depender do contrato de concessão em análise; 3) Em 24/03/2020, a ANEEL aprovou a REN nº 878/2020, que estabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da pandemia de Covid-19. As medidas temporárias da ANEEL para a distribuição de energia abrangem: (i) Vedar temporariamente a suspensão do fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais, rurais ou urbanos; e de serviços essenciais; (ii) Permitir a substituição da fatura mensal impressa por faturas eletrônicas ou código de barras; (iii) Permitir que as leituras sejam feitas em intervalos diferentes ou substituídas por autoleitura ou consumo médio nos últimos 12 meses; (iv) Permitir que as distribuidoras suspendam atendimento presencial e intensifiquem recursos automáticos no SAC; (v) Priorizar, nos atendimentos telefônicos, solicitações de urgência e emergência; e (vi) Priorizar restabelecimento de serviços e pedidos de ligação para locais de tratamento hospitalar da população. 4) Em 08/04/2020, foi publicada a Medida Provisória nº 950/2020, que dispôs sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20/3/2020, e da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19. Tal medida provisória garantiu a isenção do pagamento das faturas de energia para os consumidores de baixa renda, beneficiários da tarifa social, por três meses. A MP também viabilizou a suspensão temporária do pagamento de tarifas de energia elétrica em função da redução de um setor de infraestrutura. Em paralelo, a Medida Provisória nº 949, também de 8 de abril de 2020, acresceu ao orçamento da ANEEL crédito extraordinário de R\$ 900 milhões e determinou que a Agência fizesse o aporte desse recurso na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para subsidiar os descontos autorizados; 5) A ANEEL aprovou, em 20/04/2020, duas medidas para amenizar o pagamento de encargos de transmissão por distribuidoras e consumidores livres no valor de aproximadamente R\$ 432 milhões. As medidas foram: Despacho nº 1106/2020, com a antecipação dos efeitos financeiros da Parcela de Ajuste para os meses de abril, maio e junho de 2020; e a Portaria nº 6.354/2020 com o adiamento da cobrança da Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação das distribuidoras de 2019 para outubro de 2020; 6) Em 29/04/2020, a ANEEL, a Secretária-Geral da Presidência da República (SGPR) e o Ministério de Minas e Energia (MME) assinaram o Memorando de Entendimentos para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Modernização do Ambiente de Negócios (PMA) referente ao compromisso de união de esforços para contribuição do ambiente de negócios no Brasil; 7) Em 18/05/2020, foi publicado o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento da pandemia de Covid-19, e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e deu outras providências; 8) Em 15/06/2020, a ANEEL decidiu prorrogar até 31 de julho os efeitos da REN nº 878/2020, mencionada no item 3 acima; 9) Em 23/06/2020, a REN nº 885/2020, regulamentou a Conta-Covid visando diluir os efeitos tarifários que seriam absorvidos pelos consumidores ao longo de 2020 e 2021. Para tanto, um pool de bancos realizou um empréstimo setorial que será quitado durante 5 anos a partir de 2021. A operação contou com a participação de 16 instituições financeiras, incluindo o BNDES, e tem custo total de CDI + 3,79% ao ano. Os empréstimos terão carência até julho de 2021 e vencimento em dezembro de 2025; 10) Em 30/06/2020, foram aprovados aprimoramentos nas regras relacionadas ao fornecimento de energia elétrica para o serviço de iluminação pública através da REN nº 888/2020, Procedimento de Distribuição (PDI) em 21/07/2020, a ANEEL aprovou a revisão do horário 878/2020, De acordo com as novas regras, diversas atividades deveriam ser retomadas pelas distribuidoras a partir de 01/08/2020, como o atendimento presencial ao público, a entrega da fatura impressa e o cumprimento de prazos e indicadores anteriormente exigidos. A ANEEL decidiu também manter a proibição de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como Baixa Renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia; 12) Em 01/09/2020, foi assinada a Medida Provisória nº 998/2020, com medidas adicionais àsquelas implementadas por meio da Medida Provisória nº 950/2020, com foco em amenizar impactos tarifários no médio e longo prazos; 13) A REN nº 896/2020, de 17/11/2020, estabeleceu critérios de saúde econômico-financeira e de qualidade do fornecimento de energia a serem atendidos pelas concessionárias de distribuição; 14) Em 17/11/2020, a ANEEL aprovou a REN nº 897/2020, que revogou 361 atos administrativos, sendo 122 normativos vigentes e 239 que já perderam a validade. A decisão reduziu, simplificou e modernizou o chamado estoque regulatório do setor; 15) A ANEEL decidiu, em 30/11/2020, através do Despacho nº 3.364/2020, restituir a sistemática de acionamento das Bandeiras Tarifárias. Devido à queda no nível de armazenagem nos reservatórios das hidrelétricas, principalmente das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e a retomada do consumo de energia, ao aplicar a metodologia, ficou estabelecida a bandeira vermelha Patamar 2 no mês de dezembro/2020, revogando a decisão que havia sido tomada em maio/2020 de manter a Bandeira Tarifária verde até 31 de dezembro, em função da pandemia. O valor da bandeira aplicado foi aquele homologado por meio da REN nº 872, de 18/02/2020; 16) Foi aprovado em 01/12/2020 o texto da REN nº 895/2020, que regulamentou novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A decisão cumpre o disposto no artigo 2º da Lei nº 14.052/2020, o qual determinou que a Agência regulamentasse os procedimentos para a repactuação. A resolução estabelece a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos termos da Lei: 17) A ANEEL aprovou, em 08/12/2020, através da REN nº 904/2020, o novo cronograma para processamento dos mecanismos de gestão da contratação de energia elétrica pelas distribuidoras e consolidou as normas que tratam de tais mecanismos. Na oportunidade também foram aprovadas novas modalidades dos Mecanismos de Compensação de Sobras e déficit e do Mecanismo de Venda de Excedentes. A resolução aprovada terá vigência a partir de 01/01/2021. Adicionalmente, a ANEEL também determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) o envio, até 31/03/2021, dos novos módulos de Regras e Procedimentos de Comercialização, contendo as alterações propostas na resolução aprovada. Até que as mudanças sejam implementadas, o Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits de Energia Existente e o Mecanismo de Venda de Excedentes serão processados considerando os produtos atualmente vigentes; 18) Foi aprovada em 15/12/2020 a REN nº 910/2020, com uma série de alterações feitas à Resolução Normativa nº 843/2019 para viabilizar o início, em janeiro de 2021, do projeto horário para a comercialização de energia elétrica. A medida entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA: Segmento de Distribuição: Reajuste Tarifário Anual (RTA): As seguintes distribuidoras tiveram suas tarifas reajustadas conforme abaixo:

Reajustes tarifários anuais (RTAs)				
	CPFL Santa Cruz	CPFL Paulista (1)	RGE (1)	CPFL Piratininga
Resolução Homologatória	2.668	2.670	2.697	2.792
Reajuste	10,71%	14,90%	15,74%	18,31%
Parcela A	4,79%	5,83%	8,25%	11,80%
Parcela B	-1,59%	0,26%	1,82%	3,96%
Componentes Financeiros	7,51%	8,80%	5,67%	2,55%
Efeito para o consumidor	0,20%	6,05%	6,09%	9,82%
Data de entrada em vigor	22/03/2020	08/04/2020	19/06/2020	23/10/2020

(1) A ANEEL suspendeu a aplicação das novas tarifas de 2020 para a CPFL Paulista e RGE até 1º de

Conta-Covid, um empréstimo bancário que antecipa recursos às distribuidoras ao mesmo tempo em que mitiga os impactos tarifários para o consumidor. Essa solução foi fundamental para garantir a liquidez do setor elétrico durante o ano, mitigando as pressões causadas pela redução da carga e o aumento da inadimplência sobre o caixa das distribuidoras no Brasil. Mesmo com todos os desafios, o grupo CPFL Energia continuou bastante ativo neste ano em busca de crescimento de forma sustentável e com foco em todos seus stakeholders. Aumentamos os investimentos, promovendo melhorias na eficiência operacional e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor, continuamos com a implementação de inovação, digitalização e novas tecnologias em nossos negócios, visando maior eficiência dos nossos custos sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados. Finalmente, a administração da CPFL Energia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante em nossa plataforma de negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CPFL Energia é uma sociedade *holding* do Grupo CPFL, com atuação no setor energético brasileiro, implementando e operando projetos e processos nos segmentos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia e de atividades correlatas, por meio de suas Subsidiárias. O modelo de governança corporativa da CPFL Energia é baseado nos 4 princípios básicos do Sistema de Governança Corporativa no Brasil: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. As Diretrizes de Governança Corporativa, em conjunto com os Estatutos/Contratos Sociais da Companhia e de suas Subsidiárias e Afiliadas, os Regimentos Internos (Diretoria, CA, Conselho Fiscal, Comitês e Comissões de Assessoramento ao CA, Comitê de Auditoria), os Acordos de Acionistas quando existentes e as Políticas emitidas e a serem emitidas em matéria de governança, delineiam o conjunto das práticas adotadas pela CPFL Energia. Em 2021, a CPFL Energia completa 17 anos da abertura de seu capital na B3. Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da B3, segmento de listagem diferenciado que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL Energia são ordinárias, que asseguram o direito de voto de todos os seus acionistas. Além disso, os acionistas têm assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação de ações controladas pela Administração da CPFL Energia, formada pelo Conselho de Administração ("Conselho") e pela Diretoria Executiva. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios do Grupo CPFL, sendo composto por 7 membros (sendo 2 membros independentes), cujo prazo de mandato é de 2 anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho possui 5 comitês de assessoramento (Estratégia e Processos de Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Partes Relacionadas, Gestão de Riscos e Orçamento e Finanças Corporativas), que auxiliam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos. A Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente e 8 Diretores Vice-presidentes, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia da CPFL Energia e de suas sociedades controladas, que são definidas pelo Conselho em linha com as diretrizes de governança corporativa. A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, todos com mandato de 1 ano, com possibilidade de reeleição. As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cpfl.com.br/ri>.

7. MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a CPFL Energia possuía 16,29% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tendo suas ações negociadas no Brasil (B3). Em 2020, as ações da CPFL Energia apresentaram desvalorização de 8,4%, encerrando o ano cotadas a R\$ 32,55 por ação. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 97,6 milhões, representando um aumento de 63,6% em relação a 2019. Esse aumento do volume de negociação das ações da CPFL Energia se deve ainda ao aumento do *free float* da Companhia, de 5,25% para 16,29%, após a Oferta Pública de Ações, concluída em 12 de junho de 2019. O número de negócios realizados na B3 cresceu em 128,4%, passando de uma média diária de 5.307 negócios, em 2019, para 12.216 negócios, em 2020. Passamos também a integrar 3 novos índices na Bolsa de Valores de São Paulo (B3): Índice Bovespa, Índice de Sustentabilidade Empresarial e Índice Corbora Eficiente.

8. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir. **Plano de sustentabilidade:** definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares - Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade - e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas de atuação. **Gestão ambiental:** nosso modelo de gestão determina uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais, pois cada segmento de atuação interfere de maneira diferente nos ecossistemas do entorno. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. Cada UHE também possui sistemas de gestão e projetos próprios, divulgados em seus websites institucionais. **Reconhecimento de sustentabilidade em 2020:** integrante dos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e de Carbono Eficiente (ICO2) da Bolsa de Valores de São Paulo (B3); entre as líderes no CDP Climate Change com nota A+; selo Ouro no Programa GHG Protocol. **Tema de gestão e desenvolvimento da ética (SGDE):** O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o tom e a prática do discurso pela alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e **CPFL Jovem** (programa de desenvolvimento de talentos). Podem ser acessadas as ações do Programa de Integridade, tais como: a manutenção do Selo Pró-Ética 2019/2020. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seletivo grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento *virtual e-learning* do Programa de Integridade que contemplou 11.121 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade - CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Atividades Políticas Partidárias, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2020 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período. **Relacionamento com a comunidade: (i) Instituto CPFL** - É a plataforma de investimento social privado do grupo CPFL Energia. Com experiência de 17 anos de atuação e com projetos como o programa Café Filosófico CPFL, em seu portfólio, ao longo de 2020 foi realizado o projeto de ações de transformação de comunidades em torno de temas como um ciclo de grandes frentes de trabalho que centralizam o planejamento e a execução de ações em consonância com a Política de Investimento Social. A partir dessas frentes, o Instituto CPFL coordena iniciativas transformadoras que envolvem arte, esporte e conhecimento. As cinco grandes frentes de trabalho são: **1) CPFL nos Hospitais:** Através da frente CPFL nos Hospitais, que engloba o programa de eficiência energética da CPFL Energia, apoiamos 33 hospitais beneficiando cerca de 340 mil pessoas. Dentro dessa frente, o Instituto CPFL coordena os eixos de apoio à infraestrutura e pesquisa e também o eixo de humanização hospitalar por meio da arte, com os parceiros Médicos do Sorriso, Griots e Hospitalhaços, que realizaram suas atividades de maneira virtual ao longo do ano. Em 2020, com uma ação especial de combate à Covid-19 beneficiamos mais 20 hospitais com a doação de 5 milhões de reais em insumos médicos. Mais 1 milhão de reais foi doado ao programa "Salvando Vidas", do BNDES, totalizando doação de 6 milhões de reais para o apoio ao combate da pandemia do novo coronavírus; **2) CPFL Jovem** - Programa de desenvolvimento de talentos. O programa apoia 28 instituições sociais beneficiando 7.000 jovens através de projetos de música, literatura e esporte voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo. A frente coordena a relação com os parceiros IVCL (Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima) e Orcampi (ambos, projetos de iniciação ao atletismo) e Instituto Anelo (projeto de inclusão musical), na cidade de Campinas/SP. Nas áreas de relacionamento do grupo CPFL Energia, a frente coordena o projeto Carreta Literária, que circula por 10 diferentes cidades com ações de iniciação à literatura; o apoio a Fundos Municipais da Criança e do Adolescente para instituições de atuação no contra turno escolar e o Semear, programa de colaboradores voluntários. A frente coordena também a parceria com o programa de eficiência energética no projeto CPFL nas escolas, que promove ações educativas sobre práticas de consumo eficiente de energia em escolas do estado de São Paulo; **3) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** A frente CPFL Intercâmbio Brasil-China promove anualmente um festival com atividades de diálogo entre as culturas brasileira e chinesa. Em 2020, a frente realizou a 4ª edição consecutiva do festival, desta vez totalmente digital em razão da pandemia de Covid-19. A edição contou com uma live de música, um festival de cinema com 10 filmes distribuídos via streaming, *playlists* de música chinesa no Spotify e a exibição de programas do Café Filosófico CPFL com temática chinesa na TV Cultura e no YouTube. Ao todo, a frente atingiu um público de 1,6 milhão de pessoas; **4) Circuito CPFL:** A frente Circuito CPFL promove atividades culturais e esportivas itinerantes em todo o país, entre elas os projetos Correr e Caminhar, que promove etapas de caminhadas e corridas em cidades da nossa área de relacionamento, e o Cinesolar, um cinema itinerante movido à energia solar realizado através de vans equipadas com painéis fotovoltaicos. O projeto leva cinema para localidades sem salas de exibição de filmes, contribuindo assim para a democratização do acesso e a formação de plateia. Porém, em função da pandemia da Covid-19 todas essas atividades foram postergadas para realização em 2021; **5) Café Filosófico CPFL:** O programa Café Filosófico CPFL é uma das iniciativas mais reconhecidas do trabalho realizado pelo Instituto CPFL. Criado em 2003, o projeto promove uma série de debates sobre temas contemporâneos relevantes e instigantes, com a participação de especialistas e nomes de referência no Brasil e no mundo. O programa é apresentado em dois horários semanais na TV Cultura e suas afiliadas. Em 2020, foram produzidas 16 gravações no formato de live pública transmitida nas redes sociais do Instituto CPFL e do café, mantendo os palestrantes em suas casas e resguardando a segurança e a saúde das equipes de trabalho. Na mesma frente, houve a estreia de uma nova série chamada Café Expresso, exibida na grade da TV Cultura e no canal youtube.com/cafefilosofico. Mais de 23 milhões de pessoas foram impactadas com essas atividades. **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.):** Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.409.000,00 para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 13 municípios da área de concessão e interesse. O repasse irá apoiar 12 ONGs e 1 hospital em cada uma dessas cidades, com foco na transformação social através de projetos nas áreas da cultura, esporte e melhorias no atendimento hospitalar de crianças e adolescentes em 2021. **(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.):** Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.542.000,00 ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 4 municípios para apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico, melhorias na infraestrutura hospitalar e apoio a programas de ala de idosos a 83 hospitais. Do valor total, R\$ 750.000,00 foram destinados ao Fundo Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul como parte de uma ação especial de combate à Covid-19, beneficiando mais de 400 municípios do Estado com a aquisição de insumos médicos e hospitalares. **(iv) Voluntariado.** Em 2020, foram desenvolvidas 27 ações que envolveram cerca de 1.406 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 10 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 2.990 pessoas diferentes; **(v) Apoio ao Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R.):** Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.174.000,00 para apoiar projetos de ampliação tecnológica de Hospitais de Atendimento à Pessoas com Câncer. Os projetos serão executados em 2021; **(vi) Apoio ao Pronas - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (1% I.R.):** Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.409.000,00 para apoiar projetos de ampliação da oferta de serviços, além da expansão da prestação de serviços médico-assistenciais. Os projetos serão executados em 2021. **Gestão de Recursos Humanos:** Em 2020, treinamos 14.436 pessoas, que representa 90% do quadro de colaboradores. Foram 4.145 turnos presenciais e 28.295 horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 40 Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, com 24 delas já foram concluídas e 16 estão em andamento/finalização, a previsão são 662 pessoas treinadas e mais de 20 mil horas de desenvolvimento. **Rede de Valor:** seguindo as regras de isolamento social devido a pandemia, em 2020 os encontros da Rede de Valor ocorreram de forma online. Participaram 95 empresas fornecedoras e foram realizados 3 encontros que abordaram os seguintes assuntos: Plano de Sustentabilidade e Ética, Segurança do Trabalho e os Conceitos de Transformação Digital, Cenário Econômico e Desafios do Setor Elétrico.

9. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox). Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Assesoração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Assesoração de informações para o BNDES	23/10/2020	6 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	31/08/2020	12 meses

Contratamos um total de R\$ 378 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 12% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2020 da Companhia e suas controladas. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

10. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.16 Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuíam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações. As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição. **3.17 Base de consolidação:** (i) Combinações de negócios: A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. (ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), esse registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia. As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas CPFL Geração, CPFL Brasil, Jaguarí Geração, CPFL Renováveis, CPFL Eficiência e Alesta são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas. Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações de resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado. Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 13.4. (iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores: É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação. **3.18 Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. **3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras: (a) **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são representados. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. (b) **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de *hedge*. A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. (c) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: - alterações de aluguel relacionadas à Covid-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1). Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O Grupo determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. - **Imobilizado, intangível e ativo contratual:** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 35) e também contempla a taxa de reversão de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa das distribuidoras que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	9.789	2.195	481.532	450.622
Aplicações financeiras	385.957	31.714	3.437.264	1.486.541
Aplicação de curto prazo (a)	-	-	703	-
Títulos de crédito privado (b)	385.957	31.714	3.320.840	1.479.540
Fundos de investimento (c)	-	-	115.721	206.801
Total	395.745	33.909	3.918.796	1.937.163

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). (b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 2.595.585 (R\$ 994.521 em 31 de dezembro de 2019), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 725.255 (R\$ 284.863 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 356 em 31 de dezembro de 2019. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,67% do CDI (94,13% do CDI em 31 de dezembro de 2019). (c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (92,26% do CDI em 31 de dezembro de 2019), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários	308.482	449.786
Através de fundos de investimentos (a)	1.563.597	401.218
Aplicação direta (b)	1.872.079	851.004

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LFT") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019). (b) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, LFT, cuja remuneração equivalente, na média de 100% da SELIC.

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Consolidado			
	Saldos vencidos	Saldos em atraso	31/12/2020	31/12/2019
Classes de consumidores				
Residencial	1.012.623	591.899	78.632	1.683.354
Industrial	195.907	54.910	428.355	1.450.078
Comercial	262.204	80.522	32.098	374.824
Rural	97.929	29.048	13.084	140.061
Poder público	57.080	9.391	8.394	74.865
Utilização pública	76.498	4.532	3.872	84.902
Serviço público	51.292	27.088	14.783	93.163
Faturado	1.753.433	797.390	255.491	2.806.314
Não faturado	1.554.563	-	1.554.563	1.230.883
Parcelamento de débito de consumidores	253.962	43.070	33.497	330.529
Operações realizadas na CCEE	377.053	3	34.662	411.718
Concessionárias e permissionárias	371.394	8.640	11.367	391.401
Outros	56.365	-	-	403.628
Total	4.366.771	849.103	335.017	5.550.890

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (344.037) (333.396)

Total 5.206.854 4.985.578

Não circulante

Parcelamento de débito de consumidores 193.088 - - 193.088 179.045

Energia livre 6.925 - - 6.925 6.739

Operações realizadas na CCEE - 23.167 605.134 628.301 527.284

Total 200.013 23.167 605.134 828.314 713.068

Parcelamento de débitos de consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da CPFL. **Operações realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à comercialização de energia elétrica de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (limitares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (ii) registros escriturais provisionários determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de limitares judiciais (limitares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim. **Concessionárias e permissionárias** - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuada, principalmente, pelas controladas CPFL Brasil e CPFL Renováveis. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 35 (e). A movimentação do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Concessionárias, concessionárias e Outros ativos permissionárias (nota 12)		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 31/12/2018	(300.601)	(28.698)	(329.299)	
Provisão revertida (constituída) líquida	(433.224)	(320)	(433.544)	
Recuperação de receita	200.046	73	200.119	
Baixa de contas a receber provisionadas	200.382	(73)	200.309	
Saldo em 31/12/2019	(333.396)	(29.019)	(362.415)	
Provisão revertida (constituída) líquida	(414.076)	188	(413.888)	
Recuperação de receita	186.384	166	186.550	
Baixa de contas a receber provisionadas	217.051	(156)	216.895	
Saldo em 31/12/2020	(344.037)	(28.831)	(372.868)	

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 35.e.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	1.705	5.088
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	-	2.911	12.522
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.464	78	83.163	70.088
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.464	78	87.779	87.698
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	1.414	40.099	1.414	40.432
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.186	18.847	97.507	80.499
ICMS a compensar	-	-	153.756	144.415
Programa de integração social - PIS	-	-	15.921	10.958
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	62.176	51.084
Outros	-	-	6.672	4.039
Outros tributos a compensar	4.600	58.947	337.266	331.428
Total circulante	8.064	59.025	425.045	419.126
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	680	65.589
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	34.735	35.939
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	35.415	101.528
ICMS a compensar	-	-	208.066	191.523
Programa de integração social - PIS	-	-	28.561	30.987
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	128.152	142.779
Outros	-	-	4.201	5.306
Outros tributos a compensar	-	-	368.979	370.595
Total não circulante	-	-	404.394	472.123

9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019		Total		Consolidado	
	Diferido	Homologado	Constituição	Realização	Atualização monetária	Recebimento
Parcela "A"	891.247	497.977	1.389.225	1.605.064	(831.722)	23.292
CVA (*)	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	1.277	118.083	119.360	218.448	(251.842)	6.452
Custos energia elétrica	294.291	180.445	474.737	(1.040.703)	(46.237)	(2.077)
ESS e EER (***)	(341.381)	(301.275)	(642.656)	(156.288)	555.821	(14.622)
Próinfa	881	23.361	24.242	(46.157)	(3.447)	(614)
Rede básica	180.686	7.967	188.654	465.720	(144.506)	5.078
Repasse de Itaipu	848.587	542.747	1.391.334	1.646.615	(1.068.590)	31.714
Transporte de Itaipu	29.275	18.763	48.038	61.777	(38.662)	1.104
Neutralidade dos encargos setoriais	9.636	(34.324)	(24.688)	50.365	29.032	(561)
Sobrecontratação	(132.005)	(57.791)	(189.796)	405.268	136.629	(3.182)
Outros componentes financeiros	(285.566)	(109.885)	(395.451)	13.267	24.835	(9.921)
Total	605.681	388.092	993.775	1.618.331	(806.887)	17.371
Ativo circulante						
Ativo não circulante	-	-	1.093.588	-	-	-
Passivo circulante	-	-	2.748	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	(102.561)	-	-	-

(*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da "Parcela A"; (**) Conta de Desenvolvimento Energético; (***) Encargo do serviço do sistema (ESS) e Encargo de energia de reserva (EER).

Recebimento Conta Covid: Em 2020, as controladas de distribuição receberam da Conta Covid o montante de R\$ 1.381.905 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a outubro de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL. **CVA:** Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.14. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros:** Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação dos ciclos de revisão tarifária periódica; (ii) recalculos de processos tarifários anteriores; (iii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR; e (iv) garantias financeiras nas contratações de energia. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

10. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	6.101	22.174	196.979	124.852
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	81.733	89.511
Diferenças temporariamente indutíveis/tributáveis	(5.96)	553	(331.326)	(218.616)
Subtotal	1.545	22.727	(52.614)	(4.254)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	19.567	61.209	550.159	345.462
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	262.643	288.754
Diferenças temporariamente indutíveis/tributáveis	(432)	1.537	(918.139)	(602.934)
Subtotal	19.135	62.747	(105.339)	31.282
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				

CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 02.429.144/0001-93
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020			31/12/2020			31/12/2019			2020			2019		
	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimonial líquido	Participação patrimonial líquido	Resultado do período	Participação patrimonial líquido	Participação patrimonial líquido	Resultado do período	Participação patrimonial líquido	Resultado do período	Participação patrimonial líquido	Participação patrimonial líquido	Resultado do período
Investimento	12.452.644	1.325.848	839.291	971.969	839.291	1.522.421	971.969	839.291	1.522.421	971.969	837.604	971.969	837.604	971.969	837.604
CPFL Paulista	4.740.640	253.909	188.193	373.487	188.193	564.024	373.487	188.193	564.024	373.487	281.634	373.487	281.634	373.487	281.634
CPFL Piratininga	1.826.815	170.413	529.951	90.427	529.951	465.625	90.427	529.951	465.625	90.427	101.228	90.427	101.228	90.427	101.228
CPFL Santa Cruz	12.195.566	2.820.677	3.578.351	675.483	3.128.857	3.489.745	616.097	3.128.857	3.489.745	616.097	559.783	616.097	559.783	616.097	559.783
RGE	6.178.825	935.783	4.558.486	1.198.337	4.558.486	3.068.752	1.198.337	4.558.486	3.068.752	1.198.337	862.726	1.198.337	862.726	1.198.337	862.726
CPFL Geração	10.657.129	4.032.292	5.864.402	792.496	2.882.354	2.125.023	391.359	2.882.354	2.125.023	391.359	52.388	391.359	52.388	391.359	52.388
CPFL Renováveis	67.896	40.108	56.775	11.313	56.775	58.310	11.313	56.775	58.310	11.313	9.849	11.313	9.849	11.313	9.849
CPFL Jaguarí Geração	1.312.443	3.000	89.871	133.423	89.871	86.651	133.423	89.871	86.651	133.423	109.090	133.423	109.090	133.423	109.090
CPFL Brasil	5.314	630	4.926	4.582	4.926	6.466	4.582	4.926	6.466	4.582	4.022	4.582	4.022	4.582	4.022
CPFL Planalto	340.164	150.929	183.179	28.849	183.179	131.181	28.849	183.179	131.181	28.849	13.445	28.849	13.445	28.849	13.445
CPFL Serviços	22.946	5.991	12.211	11.501	12.211	24.296	11.501	12.211	24.296	11.501	11.266	11.501	11.266	11.501	11.266
CPFL Atende	12.044	38	598	553	598	14.025	553	598	14.025	553	17.643	553	17.643	553	17.643
CPFL Infra	9.084	811	5.183	8.410	5.183	4.517	8.410	5.183	4.517	8.410	2.047	8.410	2.047	8.410	2.047
CPFL Pessoas	14.416	385	8.047	14.085	8.047	5.566	14.085	8.047	5.566	14.085	3.982	14.085	3.982	14.085	3.982
CPFL Finanças	6.625	826	3.652	4.861	3.652	3.267	4.861	3.652	3.267	4.861	1.232	4.861	1.232	4.861	1.232
CPFL Supre	41.541	9.005	30.830	27.821	–	35.348	25.542	–	35.348	25.542	25.665	–	–	–	–
CPFL Total	3.617	1.928	3.231	(957)	3.231	4.188	(957)	3.231	4.188	(957)	113	(957)	113	(957)	113
CPFL Telecom	–	–	–	(214)	–	16.020	(214)	–	16.020	(214)	22	(214)	22	(214)	22
CPFL Centrais Geradoras	148.973	90.234	133.786	5.418	133.786	118.189	5.418	133.786	118.189	5.418	(3.835)	5.418	(3.835)	5.418	(3.835)
CPFL Eficiência	23.324	10	12.425	579	12.425	11.846	579	12.425	11.846	579	11.836	579	11.836	579	11.836
AUTHI	45.998	38.126	45.490	2.279	45.490	–	2.279	45.490	–	2.279	–	2.279	–	2.279	–
CPFL Alesta	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504
Amortização da mais-valia de ativos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504
Investimento	11.594.504	11.741.300	11.594.504	11.741.300	11.594.504	11.741.300	11.594.504	11.741.300	11.594.504	11.741.300	11.594.504	11.741.300	11.594.504	11.741.300	11.594.504
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
A mais-valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais-valia de ativos de R\$ 75.471 (R\$ 74.023 em 2019) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2). A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2020 e 2019 é como segue:															

A mais-valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais-valia de ativos de R\$ 75.471 (R\$ 74.023 em 2019) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2). A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2020 e 2019 é como segue:

	Aumento (redução)/Integralização de capital		Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)		Reestruturação societária (nota 13.5 e 13.6)		Dividendo e Juros sobre capital próprio		Adiantamento para futuro aumento de capital		Investimento em 31/12/2020	
	Investimento em 31/12/2019	em 31/12/2019	Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Reestruturação societária (nota 13.5 e 13.6)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 31/12/2019	em 31/12/2019	Investimento em 31/12/2020	em 31/12/2020
Investimento	1.522.421	–	–	971.969	(280.063)	–	(1.375.035)	–	839.291	–	839.291	–
CPFL Paulista	564.024	–	–	373.487	(168)	–	(649.409)	–	188.193	–	188.193	–
CPFL Piratininga	465.625	–	–	90.427	(1.132)	–	(975.853)	–	529.951	–	529.951	–
CPFL Santa Cruz	3.489.745	–	–	616.097	(1.132)	–	(975.853)	–	3.128.857	–	3.128.857	–
RGE	3.068.752	–	–	1.198.337	76.951	–	(564.118)	–	3.068.752	–	3.068.752	–
CPFL Geração	2.125.023	–	–	391.359	(98.158)	–	(579.924)	–	2.882.354	–	2.882.354	–
CPFL Renováveis	58.310	–	–	11.313	–	–	(12.848)	–	56.775	–	56.775	–
CPFL Jaguarí Geração	86.651	–	–	133.423	(1.559)	–	(128.645)	–	89.871	–	89.871	–
CPFL Brasil	6.466	–	–	4.582	–	–	(6.122)	–	4.926	–	4.926	–
CPFL Planalto	131.181	30.000	–	28.849	–	–	(6.852)	–	183.179	–	183.179	–
CPFL Serviços	24.296	(8.000)	–	11.501	–	–	(15.589)	–	12.211	–	12.211	–
CPFL Atende	14.025	–	–	553	–	–	(13.980)	–	598	–	598	–
CPFL Infra	4.517	–	–	8.410	–	–	(7.744)	–	5.183	–	5.183	–
CPFL Pessoas	5.566	–	–	14.085	–	–	(11.605)	–	8.047	–	8.047	–
CPFL Finanças	3.267	–	–	4.861	–	–	(4.476)	–	3.652	–	3.652	–
CPFL Supri	35.348	–	–	25.542	–	–	(35.225)	–	(25.665)	–	–	–
CPFL Total	4.188	–	–	(957)	–	–	–	–	–	–	–	–
CPFL Telecom	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CPFL Centrais Geradoras	16.020	–	–	(214)	–	–	(15.806)	–	–	–	–	–
CPFL Eficiência	118.189	14.160	–	5.418	–	–	–	5.179	(9.160)	–	133.786	–
AUTHI	11.846	–	–	579	–	–	–	12.425	–	–	12.425	–
CPFL Alesta	–	–	–	8.094	–	–	35.225	(109)	–	–	45.490	–
Total	11.755.460	44.254	3.891.900	(404.039)	(3.678.915)	1.077.840	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460	12.686.504	11.755.460

Em outubro de 2020 a Companhia realizou um adiantamento para futuro aumento de capital na CPFL Geração de R\$ 1.087.000 como parte do plano de pré-pagamentos de dívidas.

	Aumento (redução)/Integralização de capital		Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)		Reestruturação societária (nota 13.5 e 13.6)		Dividendo e Juros sobre capital próprio		Adiantamento para futuro aumento de capital		Investimento em 31/12/2019	
	Investimento em 31/12/2018	em 31/12/2018	Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Reestruturação societária (nota 13.5 e 13.6)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 31/12/2019	em 31/12/2019	Investimento em 31/12/2020	em 31/12/2020
Investimento	1.910.866	–	–	837.604	(619.470)	–	(616.579)	–	1.522.421	–	1.522.421	–
CPFL Paulista	516.235	–	–	281.634	(160.197)	–	(73.647)	–	564.024	–	564.024	–
CPFL Piratininga	392.040	–	–	101.228	28	–	(27.671)	–	465.625	–	465.625	–
CPFL Santa Cruz	3.286.587	–	–	616.097	(68.062)	–	(288.563)	–	3.489.745	–	3.489.745	–
RGE	2.625.465	–	–	1.198.337	(98.158)	–	(579.924)	–	2.882.354	–	2.882.354	–
CPFL Geração	58.310	–	–	11.313	–	–	(12.848)	–	56.775	–	56.775	–
CPFL Renováveis	58.310	–	–	11.313	–	–	(12.848)	–	56.775	–	56.775	–
CPFL Jaguarí Geração	86.651	–	–	133.423	(1.559)	–	(128.645)	–	89.871	–	89.871	–
CPFL Brasil	6.466	–	–	4.582	–	–	(6.122)	–	4.926	–	4.926	–
CPFL Planalto	131.181	30.000	–	28.849	–	–	(6.852)	–	183.179	–	183.179	–
CPFL Serviços	24.296	(8.000)	–	11.501	–	–	(15.589)	–	12.211	–	12.211	–
CPFL Atende	14.025	–	–	553	–	–	(13.980)	–	598	–	598	–
CPFL Infra	4.517	–	–	8.410	–	–	(7.744)	–	5.183	–	5.183	–
CPFL Pessoas	5.566	–	–	14.085	–	–	(11.605)	–	8.047	–	8.047	–
CPFL Finanças	3.267	–	–	4.861	–	–	(4.476)	–	3.652	–	3.652	–
CPFL Total	35.348	–	–	25.542	–	–	(35.225)	–	(25.665)	–	–	–
CPFL Telecom	4.188	–	–	(957)	–	–	–	–	–	–	–	–
CPFL Centrais Geradoras	16.020	–	–	(214)	–	–	(15.806)	–	–	–</		

Para os Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré-Fixado	892.776	-	(177.669)	48.661	-	(52.370)	711.398
Pós-Fixado							
TJLP	3.158.119	-	(435.016)	243.332	-	(222.102)	2.744.331
TLP (IPCA)	1.190.169	379.000	-	102.519	-	(62.650)	1.609.038
Selic	114.117	-	(36.830)	8.441	-	(2.655)	83.073
CDI	386.272	476.000	(679.021)	46.756	-	(49.995)	180.012
IGPM	51.889	-	(11.142)	5.935	-	(4.077)	42.605
Cesta de moedas	2.152	-	(540)	213	-	(131)	1.694
Outros	66.402	-	(26.354)	2.209	-	(2.482)	39.777
Total ao custo	5.861.896	855.000	(1.366.572)	458.066	-	(396.462)	5.411.928
Gastos com captação (*)	(57.193)	(9.068)	-	8.577	-	-	(57.684)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	4.855.108	726.314	(1.542.785)	148.189	142.957	(151.366)	4.178.417
Euro	879.499	-	(47.004)	6.824	14.217	(6.844)	846.692
Marcação a mercado	(103.351)	-	-	87.295	-	-	(16.056)
Total ao valor justo	5.631.255	726.314	(1.589.789)	242.308	157.174	(158.210)	5.009.052
Total	11.435.958	1.572.246	(2.956.361)	708.951	157.174	(554.672)	10.363.296
Circulante	2.446.113	-	-	708.951	-	-	2.776.193
Não Circulante	8.989.846	-	-	-	157.174	(554.672)	7.587.102

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré-Fixado	711.398	-	(700.406)	20.101	-	(22.401)	8.691
Pós-Fixado							
TJLP	2.744.331	3.000	(2.263.671)	123.380	-	(130.635)	476.405
IPCA	1.609.038	1.250.000	(163.150)	196.573	-	(101.185)	2.791.276
Selic	83.073	-	(84.405)	2.498	-	(1.166)	-
CDI	180.012	-	(48.547)	4.308	-	(5.930)	129.843
IGPM	42.605	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
Cesta de moedas	1.694	-	(1.796)	121	-	(19)	-
Outros	39.777	-	(39.671)	995	-	(1.102)	-
Total ao custo	5.411.928	1.253.000	(3.314.214)	360.357	-	(265.935)	3.445.137
Gastos com captação (*)	(57.684)	(17.432)	-	25.222	-	-	(49.894)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	4.178.417	1.909.349	(2.630.855)	178.871	1.808.827	(172.424)	5.072.184
Euro	846.692	1.520.640	-	16.975	685.099	(16.104)	3.053.302
Marcação a mercado	(16.056)	-	-	(82.639)	-	-	(98.695)
Total ao valor justo	5.009.052	3.429.989	(2.630.855)	113.208	2.293.926	(188.528)	8.026.792
Total	10.363.296	4.665.557	(5.945.069)	498.787	2.293.926	(454.463)	11.422.035
Circulante	2.776.193	-	-	498.787	-	-	2.797.195
Não Circulante	7.587.102	-	-	-	2.293.926	(454.463)	8.624.840

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Consolidado				Garantia
	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré-fixado					
FINEM	Pré-fixado de 2,5% a 6%	(a)	-	264.093	2013 a 2020 (i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Centralizadora e Recebíveis (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações; (v) Penhor de Ações; (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINAME	Pré-fixado de 2,5% a 10%	(a)	8.691	54.328	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid;
FINEP	Pré-fixado de 3,5% a 5%	-	-	944	Fiança Bancária
BNB	Pré-fixado de 9,5% a 10,14%	-	-	392.033	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis
			8.691	711.398	
Pós-fixado					
TJLP	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b)	474.288	2.721.358	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Contas Reserva e Centralizadora e Recebíveis; (iv) Penhor de Ações; (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Anel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINAME	TJLP + 2,2% a 4,2%	(b)	-	14.853	2017 a 2020 Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
FINEP	TJLP + 5% a 6%	-	2.117	4.284	2017 a 2022 Fiança Bancária
Empréstimos bancários	TJLP + 2,99 a 3,10%	-	-	3.837	2014 a 2020 Fiança da CPFL Energia
			476.405	2.744.331	
IPCA	IPCA + 4,27% a 4,80%	-	2.791.276	1.609.038	2020 a 2040 Fiança da CPFL Energia e recebíveis
SELIC	SELIC + 2,19% a 2,66%	(c)	-	79.131	2015 a 2020 Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	SELIC + 2,70% a 3,90%	-	-	3.943	2016 a 2020 Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
			-	83.073	
CDI	(i) 105% do CDI	(c)	129.843	180.012	2012 a 2023 (i) Fiança da CPFL Energia; (ii) Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e (iii) Fiança da CPFL Renováveis
Empréstimos bancários	(ii) CDI - 1,25% a + 1,90%	-	-	-	
IGPM	IGPM + 8,63%	-	38.922	42.605	2023 (i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Cesta de moedas	Cesta de Moedas + de 1,99% a 2,10%	-	-	1.694	2014 a 2020 Fiança da CPFL Energia
Empréstimos bancários	RGR 6%	-	-	-	2010 a 2020 Recebíveis, notas promissórias e fiança bancária
Outros			-	39.777	
Total moeda nacional			3.445.137	5.411.928	
Gastos com captação (*)			(49.894)	(57.684)	
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar	US\$ + Libor 3 meses + de 0,87% a 1,41%	-	728.348	975.333	2019 a 2025 Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,83% a 4,32%	-	4.343.836	3.203.063	2018 a 2025 Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			5.072.184	4.178.416	
Euro	Euro + de 0,43% a 0,82%	-	3.053.302	846.692	2021 a 2025 Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)			-	(98.695)	
Marcação a mercado			8.026.792	5.009.052	
Total moeda estrangeira			11.422.035	10.363.296	

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35.

Taxa efetiva: (a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

Ano de vencimento	Consolidado	
	2020	2019
2022	339.150	1.226.159
2027 a 2031	-	69.455
2032 a 2036	-	57.223
2037 a 2041	-	19.900
2042 a 2046	-	8.726.892
Subtotal	339.150	(102.052)
Marcação a mercado	-	8.624.840
Total	339.150	8.624.840

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Índice	Variação acumulada %		% da dívida	
	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019
Indexador				
IGPM	23,14	7,30	0,3	0,4
TJLP	4,87	6,30	4,2	26,5
TLP (IPCA)	4,52	4,20	24,4	15,5
CDI	2,78	5,97	71,0	50,1
Outros	-	-	0,1	7,5
			100	100

Modalidade	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
	Total aprovado	Liborado em 2020					
Moeda nacional							
TJLP - BNDES							
Boa Vista 2	144.500	3.000	3.000	Mensal a partir de dezembro de 2019	Investimento	TJLP + 2,52%	TJLP + 3,27%
IPCA - BNDES							
CPFL Paulista	312.596	114.297	112.724	Trimestral até 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Paulista	1.002.912	366.703	361.679	Trimestral Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Piratininga	126.086	37.723	37.083	Trimestral até 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Piratininga	298.402	89.277	87.776	Trimestral Parcela única em junho de 2028	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Santa Cruz	244.385	115.000	113.758	Trimestral Até 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
RGE	353.019	125.228	123.451	Trimestral após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
RGE	1.132.601	401.772	396.098	Trimestral Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
Moeda Estrangeira							
Lei 4131							
CPFL Brasil	107.000	107.000	107.000	Semestral Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,83%	USD + 1,83%
CPFL Santa Cruz	108.000	108.000	108.000	Semestral Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%
CPFL Paulista	196.567	196.567	196.567	Trimestral Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%
CPFL Paulista	174.960	174.960	174.960	Trimestral Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%
CPFL Paulista	274.046	274.046	274.046	Trimestral Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,99%	USD + Libor 3M + 0,99%
CPFL Paulista	534.880	534.880	534.880	Trimestral Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,43%	EUR + 0,43%
RGE	100.000	100.000	100.000	Semestral Parcela única em janeiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,64%	USD + 2,64%
RGE	418.280	418.280	418.280	Semestral Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%
RGE	185.000	185.000	185.000	Trimestral Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,87%	USD + Libor 3M + 0,87%
RGE	225.497	225.497	225.497	Trimestral Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)
CPFL Piratininga	419.760	419.760	419.760	Trimestral Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	EURO + 0,70%
CPFL Renováveis	120.000	120.000	120.000	Semestral Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%
CPFL Paulista	566.000	566.000	566.000	Trimestral Parcela única em março de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,57%	EUR + 0,57%
	7.044.489	4.682.989	4.665.557				

Pré-pagamento: Durante o exercício de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.818.914 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038. **Condições restritivas:** Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Geração/CPFL Renováveis		RGE		Total
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018	(4.215.431)	(1.205.647)	(98.836)	(413.043)	(463.571)	(6.396.529)			
Rendimento esperado no ano	(372.121)	(107.795)	(6.699)	(37.500)	(40.947)	(567.062)			
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	(1.886)	-	(6.200)	(1.136)	(8.042)			
Contribuições de patrocinadoras	(92.756)	(34.444)	(1.604)	(7.748)	(6.959)	(143.512)			
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280.404)	(99.905)	(6.426)	(35.042)	(29.504)	(451.281)			
Benefícios pagos no ano	443.447	96.627	9.651	27.564	38.250	615.543			
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(4.517.265)	(1.353.500)	(105.914)	(466.390)	(503.867)	(6.946.486)			
Rendimento esperado no ano	(343.869)	(104.675)	(8.400)	(34.598)	(37.129)	(528.671)			
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	(1.942)	-	(1.423)	(1.263)	(4.628)			
Contribuições de patrocinadoras	(127.649)	(37.741)	(3.037)	(7.853)	(6.948)	(183.228)			
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	(714)	(18)	-	-	(978)			
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	239.764	22.053	(18.607)	(24.665)	1.203.599			
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.851)	(91.577)	(15.899)	(17.686)	(15.682)	(534.759)			
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.105)	-	-	9.069	-	(73.037)			
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	(4.980.047)	(1.484.375)	(122.879)	(463.399)	(493.886)	(7.544.586)			

20.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Geração/CPFL Renováveis		RGE		Total
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.492			
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.573	33.738	2.982	(295)	14.879	173.877			
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(127.649)	(37.741)	(3.037)	(7.853)	(6.948)	(183.228)			
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	(714)	(18)	-	-	(978)			
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	239.764	22.053	(18.607)	(24.665)	1.203.599			
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.851)	(91.577)	(15.899)	(17.686)	(15.682)	(534.759)			
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.105)	-	-	9.069	-	(73.037)			
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	2.158.594	563.509	52.421	-	176.444	2.950.968			

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Geração/CPFL Renováveis		RGE		Total
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	907.807	210.744	21.129	-	89.922	1.229.600			
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	77.977	22.711	1.892	(178)	10.201	112.602			
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(92.756)	(34.444)	(1.604)	(7.748)	(6.959)	(143.512)			
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	(77)	(165)	-	-	(3.143)			
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	321.011	31.511	(7.759)	(113.836)	1.571.730			
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280.404)	(99.905)	(6.426)	(35.042)	(29.504)	(451.281)			
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	74.849	-	(30.791)	-	-	44.058			
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.494			

20.4 Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2020 estão apresentadas a seguir:

	CPFL Paulista		CPFL Piratininga		CPFL Geração/CPFL Renováveis		RGE		Total
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	907.807	210.744	21.129	-	89.922	1.229.600			
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	77.977	22.711	1.892	(178)	10.201	112.602			
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(92.756)	(34.444)	(1.604)	(7.748)	(6.959)	(143.512)			
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	(77)	(165)	-	-	(3.143)			
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	321.011	31.511	(7.759)	(113.836)	1.571.730			
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280.404)	(99.905)	(6.426)	(35.042)	(29.504)	(451.281)			
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	74.849	-	(30.791)	-	-	44.058			
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.494			

20.5 Recreitas e despesas com entidade de previdência privada: Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 e 2019 são como segue:

	2021 estimadas		RGE		Total
	2021	2022	2023	2024	
CPFL Paulista	542.063	555.131	567.202	578.553	3.649.364
CPFL Piratininga	126.220	130.692	135.459	140.728	947.938
CPFL Renováveis	13.321	13.578	13.850	14.074	87.983
RGE - Plano 1	30.215	31.469	32.454	33.376	219.284
RGE - Plano 2	43.125	44.776	46.398	48.024	499.922
Total	754.944	775.646	795.363	814.755	5.222.168

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,7 anos para a CPFL Paulista, 11,8 anos para a CPFL Piratininga, 10 anos para a CPFL Renováveis, 10,6 anos para o Plano 1 e 11 anos para o Plano 2 da RGE.

20.5 Recreitas e despesas com entidade de previdência privada: Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 e 2019 são como segue:

	2021 estimadas		RGE		Total
	2021	2022	2023	2024	
CPFL Paulista	542.063	555.131	567.202	578.553	3.649.364
CPFL Piratininga	126.220	130.692	135.459	140.728	947.938
CPFL Renováveis	13.321	13.578	13.850	14.074	87.983
RGE - Plano 1	30.215	31.469	32.454	33.376	219.284
RGE - Plano 2	43.125	44.776	46.398	48.024	499.922
Total	754.944	775.646	795.363	814.755	5.222.168

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2021		2022		2023		2024		2025 a 2030		Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	
CPFL Paulista	1.676	9.324	149	1.167	1.142	11.254			214.278		214.278
CPFL Piratininga	530.180	153.225	13.019	33.746	50.085	780.255			17.846		798.101
CPFL Renováveis	(371.807)	(112.568)	(9.141)	(34.980)	(36.792)	(565.288)			4.384		4.384
RGE - Plano 1	-	-	862	-	-	862			8.147		8.147
RGE - Plano 2	-	-	-	-	-	-			7.209		7.209
Total	122.573	33.738	3.452	(295)	14.879	174.347			224.851		215.327

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2021		2022		2023		2024		2025 a 2030		Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	
CPFL Paulista	1.676	9.324	149	1.167	1.142	11.254			214.278		214.278
CPFL Piratininga	530.180	153.225	13.019	33.746	50.085	780.255			17.846		798.101
CPFL Renováveis	(371.807)	(112.568)	(9.141)	(34.980)	(36.792)	(565.288)			4.384		4.384
RGE - Plano 1	-	-	862	-	-	862			8.147		8.147
RGE - Plano 2	-	-	-	-	-	-			7.209		7.209
Total	122.573	33.738	3.452	(295)	14.879	174.347			224.851		215.327

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2021		2022		2023		2024		2025 a 2030		Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	
CPFL Paulista	1.676	9.324	149	1.167	1.142	11.254			214.278		214.278
CPFL Piratininga	530.180	153.225	13.019	33.746	50.085	780.255			17.846		798.101
CPFL Renováveis	(371.807)	(112.568)	(9.141)	(34.980)	(36.792)	(565.288)			4.384		4.384
RGE - Plano 1	-	-	862	-	-	862			8.147		8.147
RGE - Plano 2	-	-	-	-	-	-			7.209		7.209
Total	122.573	33.738	3.452	(295)	14.879	174.347			224.851		215.327

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2021		2022		2023		2024		2025 a 2030		Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	
CPFL Paulista	1.676	9.324	149	1.167	1.142	11.254			214.278		214.278
CPFL Piratininga	530.180	153.225	13.019	33.746	50.085	780.255			17.846		798.101
CPFL Renováveis	(371.807)	(112.568)	(9.141)	(34.980)	(36.792)	(565.288)			4.384		4.384
RGE - Plano 1	-	-	862	-	-	862			8.147		8.147
RGE - Plano 2	-	-	-	-	-	-			7.209		7.209
Total	12										

reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2021, mediante aprovação da Administração.

26. LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação - básico e diluído: O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	3.643.149	2.702.671
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.152.254.440	1.087.828.995 (**)
Lucro por ação - básico	3,16	2,48
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	3.643.149	2.702.671
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	149	(13.764)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	3.643.149	2.688.907
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.152.254.440	1.087.828.995 (**)
Lucro por ação - diluído	3,16	2,47

(*) O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas indiretas da Companhia (nota 19). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Recíta de operações com energia elétrica	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Residencial	8.926.689	8.721.256	20.944	20.355	15.621.829	15.356.697
Industrial	55.865	57.116	11.865	13.198	4.515.501	5.222.522
Comercial	520.139	529.815	9.761	10.700	5.896.640	6.674.870
Rural	362.325	363.500	3.346	3.231	1.563.204	1.430.315
Poderes públicos	63.350	61.868	1.172	1.468	770.753	957.395
Iluminação pública	12.300	11.809	2.035	2.039	826.758	838.111
Serviço público	10.786	10.512	2.173	2.348	1.175.575	1.241.696
Fornecimento faturado	9.951.454	9.755.876	51.331	53.339	30.370.260	31.722.151
Consumo próprio	-	-	34	36	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	260.678	39.477
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(13.438.340)	(12.769.168)
Fornecimento de energia elétrica	9.951.454	9.755.876	51.331	53.375	17.192.598	18.992.460
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	624.782	578.603
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	-	-	3.279.519	4.215.041
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(124.255)	(133.073)
Energia elétrica de curto prazo	8.453	4.208	-	-	1.128.085	1.309.117
Suprimento de energia elétrica	24.488	25.435	-	-	4.908.131	5.969.688
Recíta pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	13.562.595	12.909.241
Recíta pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	3.851.133	3.522.298
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	-	-	-	-	(85.136)	(84.461)
Recíta de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	2.572.653	2.087.995
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	-	-	-	-	811.445	(602.461)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	-	-	-	-	388.394	280.632
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	-	-	-	-	1.500.308	1.516.077
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	660.813	597.668
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	23.262.205	20.046.989
Total da receita operacional bruta	45.362.934	45.009.138	-	-	45.009.138	45.009.138
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	(6.792.896)	(6.936.560)
ICMS	-	-	-	-	(683.172)	(676.174)
PIS	-	-	-	-	(3.144.621)	(3.173.715)
COFINS	-	-	-	-	(24.545)	(19.830)
ISS	-	-	-	-	(152)	-
Reserva global de reversão - RGR	-	-	-	-	(3.476.264)	(3.642.384)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	-	(231.551)	(224.642)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(174.054)	(175.283)
PROINFRA	-	-	-	-	108.001	(180.572)
Bandeiras tarifárias e outros	-	-	-	-	(9.857)	(9.359)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	(38.364)	(38.145)
Outros	-	-	-	-	(14.464.476)	(15.076.664)
Recíta operacional líquida	38.898.458	29.932.474	-	-	38.898.458	29.932.474

No exercício de 2020, do montante total de R\$ 660.813 (R\$ 587.668 em 2019) apresentado na rubrica de outras receitas e rendas constam R\$ 40.137 (R\$31.720 em 2019) referentes a remuneração do ativo contratual das transmissoras.

27.1. Ajuste de receita de ultrapasagem e excedente de reativos: Conforme previsto no Submódulo 2.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado por meio da REN nº 463/2011, desde o 4º ciclo de revisão tarifária periódica das controladas de distribuição, as receitas auferidas com ultrapasagem de demanda e excedente de reativos foram apropriadas como passivo setorial, a partir de maio de 2015. Os valores contabilizados serão amortizados a partir do 5º ciclo (já em vigência para a controlada CPFL Piratininga), quando serão descontados da Parcela B (parcela de custos gerenciais das tarifas), exceto para a controlada CPFL Santa Cruz, cuja amortização foi iniciada no Reajuste Tarifário Anual - RTA de março de 2017 devido à renovação de sua concessão em 2015.

27.2. Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):

Distribuidora	2020		2019	
	Mês	Percepção do consumidor (a)	RTA/RTF	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	14,90%	6,05%	12,02%
CPFL Piratininga	Outubro	18,31%	9,82%	1,88%
RGE	Junho	15,74%	6,09%	10,05%
RGE Sul (RGE)	Junho	15,74%	6,09%	10,05%
CPFL Santa Cruz	Março	10,71%	0,20%	13,70%

(a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior. **Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares:** A Lei nº 12.983 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2020 o lucro foi registrada receita de R\$ 1.500.308 (R\$ 1.516.077 em 2019), sendo (i) R\$ 198.044 referentes à subvenção baixa renda (R\$ 78.277 em 2019), (ii) R\$ 1.207.466 referentes a outros descontos tarifários (R\$ 1.255.000 em 2019) e (iii) R\$ 94.798 referentes a descontos tarifários - liminares e subvenção CCRBT (R\$ 182.800 em 2019). Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber - CDE (nota 12) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários - CDE (nota 24).

28. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Energia comprada para revenda	Consolidado			
	GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019
Energia de Itaipu Binacional	10.973	11.021	3.827.810	2.793.901
PROINFRA	1.098	1.102	291.894	397.242
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	62.644	66.283	12.722.132	14.199.139
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(1.499.918)	(1.483.542)
Subtotal	74.715	78.406	15.341.918	15.906.740
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-
Encargos da rede básica	-	-	2.541.229	2.080.667
Encargos de transporte de itaipu	-	-	320.762	281.185
Encargos de conexão	-	-	177.650	173.593
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	46.463	47.828
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	-	-	127.931	14.385
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	244.716	222.557
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(314.643)	(245.958)
Subtotal	-	-	3.144.109	2.464.254
Total	-	-	18.486.027	18.370.994

Em 2020 foram registrados créditos em energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo de R\$ 46.484 relacionados a repactuação do GSF, conforme nota 16.2.

29. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custo com operação	Consolidado											
	Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais				Outros				Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Pessoal	949.045	945.628	-	-	2.166.522	173.133	359.012	361.787	-	-	1.474.579	1.480.550
Entidade de previdência privada	174.347	112.603	-	-	-	-	-	-	-	-	174.347	112.603
Material	254.087	256.423	1.251	1.039	17.651	13.708	7.780	8.118	-	-	280.769	279.288
Serviços de terceiros	183.565	219.464	3.046	2.641	169.842	173.376	296.661	319.403	-	-	653.114	714.884
Custos com construção da infraestrutura	-	-	2.560.276	2.086.057	-	-	-	-	2.560.276	2.086.057	-	-
Outros	92.657	81.776	19	(7)	96.480	101.057	301.128	228.789	182.015	198.555	672.299	610.169
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	94.638	99.520	-	-	-	-	94.638	99.520
Arrendamentos e alugueis	62.142	50.974	-	-	-	-	20.626	22.397	-	-	82.768	73.371
Publicidade e propaganda	88	55	-	-	-	-	17.972	21.272	-	-	18.060	21.327
Legis, judiciais e indenizações	(3)	-	-	-	-	-	237.909	172.495	-	-	237.906	172.495
Doações, contribuições e subvenções	(9)	1.687	-	-	-	-	9.956	3.849	-	-	9.956	5.536
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172.766	189.566
Amortização de prêmio pago - GSF	17.778	13.470	-	-	-	-	-	-	-	-	17.778	13.470
Outros	12.652	15.589	19	(7)	1.842	1.537	14.665	8.776	9.339	8.989	38.517	34.884
Total	1.653.701	1.615.893	2.564.593	2.089.732	450.495	461.275	964.581	918.098	182.015	198.555	5.815.385	5.283.553

30. RESULTADO FINANCEIRO

Recítas	2020		2019	
	Consolidado		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Rendas de aplicações financeiras	168.913	263.241	-	-
Acréscimos e multas moratórias	302.902	312.450	-	-
Atualização de créditos fiscais	14.359	35.328	-	-
Atualização de depósitos judiciais	15.414	33.721	-	-
Atualizações monetárias e cambiais	286.448	62.969	-	-
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	14.890	23.605	-	-
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	17.371	88.079	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(39.616)	(46.035)	-	-
PIS e COFINS sobre JCP	(24.515)	(32.040)	-	-
Outros	180.615	162.285	-	-
Total	936.792	903.575	-	-
Despesas	-	-	-	-
Encargos de dívidas	(799.332)	(1.130.447)	-	-
Atualizações monetárias e cambiais	(232.874)	(295.189)	-	-
(-) Juros capitalizados	30.131	25.641	-	-
Uso do Bem Público - UBP	(33.982)	(12.911)	-	-
Outros	(216.697)	(216.916)	-	-
Total	(1.252.756)	(1.629.822)	-	-
Resultado financeiro	(315.974)	(726.247)	-	-

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2020 (8,09% a.a. em 2019) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 2.368.945 em 2019 (R\$ 207.055 em 2019) (nota 35).

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócios: atividades de distribuição, geração, comercialização de energia elétrica e serviços prestados. Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos. Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

	Distribuição		Geração		Comercialização		Serviços		Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019				
Recíta operacional líquida	25.523.282	2.317.841	-	-	2.949.657	11.557	30.902.336	(3.878)	-	-	-	30.898.458
(-) Vendas entre segmentos	9.042	989.240	-	-	32.948	613.132	1.644.362	-	(1.644.362)	-	-	-
Custo com energia elétrica	(16.263.211)	(378.696)	-	-	(2.875.488)	-	(19.517.394)	-	(1.031.368)	(18.486.022)	-	-
Custos e despesas operacionais	(5.331.076)	(661.288)	-	-	(49.808)	(565.795)	(6.607.967)	(47.750)	(6.122.994)	(6.042.727)	-	-
Depreciação e amortização	(872.823)	(698.575)	-	-	(3.477)	(27.982)	(1.602.856)	(63.143)	-	(1.665.999)	-	-
Resultado do serviço	3.065.213	1.568.										

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/indexador dívida	Moeda/indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	1.299.414	-	1.299.414	1.227.713	71.701	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,99%) ou (1,83% a 3,66%)	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,61% a 0,90%	maio/19 a fevereiro/25	3.831.553
Empréstimos bancários - Lei 4.131	667.572	-	667.572	694.218	(26.645)	Euro + 0,43% a 0,82%	102,6% a 105,8% do CDI ou CDI +0,58% a 1,10%	maio/21 a março/25	2.355.270
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	117.786	-	117.786	44.447	73.339	IPCA + 5,8%	104,3% do CDI	agosto/24 a agosto/25	416.600
Subtotal proteção de dívidas	2.084.772	-	2.084.772	1.966.378	118.399				
Outros derivativos (2)									
Derivativos de Mercadoria (alumínio)	-	(336)	(336)	-	(336)	Indexador/moeda	Faixa de vencimento	Nocional em US\$	
NDF Dólar	-	(1.019)	(1.019)	(978)	(41)	aluminio (US\$/ton)	maio/21	3.958	
Subtotal outros	-	(1.354)	(1.354)	(978)	(377)	US\$	maio/21	6.349	
Total	2.084.772	(1.354)	2.083.418	1.965.400	118.019				
Circulante	744.660	(1.354)							
Não circulante	1.340.113								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 18 e 19.
 (1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.
 (2) Para dívidas de características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano. A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Para dívidas designadas a valor justo	515.591	2.360.808	(910.021)	1.966.378
Outros	52	8.137	(9.167)	(978)
Marcação a mercado (*)	99.893	18.126	-	118.019
Total	615.436	2.387.071	(919.188)	2.083.418
Ativo - circulante	281.326	-	-	281.326
Ativo - não circulante	369.767	-	-	369.767
Passivo - circulante	(29.400)	-	-	(29.400)
Passivo - não circulante	(6.157)	-	-	(6.157)

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Para dívidas designadas a valor justo	631.368	75.241	(191.018)	515.591
Para dívidas não designadas a valor justo	21.548	(857)	(20.691)	-
Outros	-	7.600	(7.548)	52
Marcação a mercado (*)	(27.722)	127.615	-	99.893
Total	625.194	209.599	(219.257)	615.436
Ativo - circulante	309.484	-	-	309.484
Ativo - não circulante	347.507	-	-	347.507
Passivo - circulante	(8.139)	-	-	(8.139)
Passivo - não circulante	(23.659)	-	-	(23.659)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 23.659 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 5.534 para outros derivativos. Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 18 e 19). O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizam os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido/operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
Variação de taxas de juros	32.710	16.559	-	-
Marcação a mercado	6.589	46.243	(3.767)	2.685
Variação cambial	2.336.235	65.424	-	-
Marcação a mercado	31.956	78.829	(16.651)	(148)
Total	2.407.489	207.055	(20.418)	2.537

c) Ativos financeiros da concessão distribuição: Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo pelo método de custo, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. **d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. **Análise de sensibilidade:** O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variações das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada alta, o risco a ser considerado é uma redução dos indicadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado do Grupo. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indicadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma o Grupo está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado: **d.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

	Consolidado			
	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial (c)
Instrumentos				
Instrumentos financeiros passivos	(5.055.257)		(104.866)	1.185.165
Derivativos - swap plain vanilla	5.199.689		107.862	(1.219.021)
Total	144.412	baixa dólar	2.996	(33.856)
Instrumentos financeiros passivos	(2.971.534)		(85.240)	678.954
Derivativos - swap plain vanilla	3.060.480		87.791	(699.277)
Total	88.946	baixa euro	2.551	(20.323)
Instrumentos	(233.358)		(5.547)	(54.179)
Derivativos - swap plain vanilla	233.358		1.163	(11.818)
Total	4.384	(42.361)	(89.105)	(89.105)

	Consolidado			
	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial (c)
Instrumentos				
Instrumentos financeiros passivos	(5.055.257)		(104.866)	1.185.165
Derivativos - swap plain vanilla	5.199.689		107.862	(1.219.021)
Total	144.412	baixa dólar	2.996	(33.856)
Instrumentos financeiros passivos	(2.971.534)		(85.240)	678.954
Derivativos - swap plain vanilla	3.060.480		87.791	(699.277)
Total	88.946	baixa euro	2.551	(20.323)
Instrumentos	(233.358)		(5.547)	(54.179)
Derivativos - swap plain vanilla	233.358		1.163	(11.818)
Total	4.384	(42.361)	(89.105)	(89.105)

Instrumentos
 Termo de Mercadoria (alumínio)
 NDF Dólar
 (a) Taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações de fontes de mercado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas aplicadas em 31.12.2020. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices de dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020. (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

	Consolidado			
	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial (c)
Instrumentos				
Instrumentos financeiros passivos	3.989	(d) baixa alumínio (US\$/ton)	(1)	(3.657)
NDF Dólar	6.349	baixa dólar	-	(8.218)
Total	10.338		(1.657)	(11.875)

(a) Taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações de fontes de mercado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas aplicadas em 31.12.2020. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices de dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020. (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

	Consolidado			
	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial (c)
Instrumentos				
Instrumentos financeiros passivos	3.780.421		111.522	139.403
Derivativos - swap plain vanilla	(8.139.650)		(240.120)	(300.150)
Total	(4.359.229)		(128.598)	(160.747)
Instrumentos financeiros passivos	(163.551)	alta CDI	5.996	7.482
Derivativos - swap plain vanilla	(476.404)	alta IGP-M	(20.914)	(26.143)
Total	(646.955)		(14.148)	(18.661)
Instrumentos financeiros passivos	(4.765.671)	alta TJLP	(20.914)	(26.143)
Derivativos - swap plain vanilla	(531.855)		(216.021)	(162.015)
Ativo financeiro da concessão	10.347.567		24.625	18.469
Total	6.213.751		479.092	239.546
Ativos e passivos financeiros setoriais	440.686	baixa IPCA	4.63%	287.696
Instrumentos financeiros ativos	1.563.597		13.000	9.750
Total	2.004.283		46.126	34.595
Instrumentos financeiros ativos	(3.488.362)	baixa SELIC	2,78%	59.126
Total	(1.484.079)		5.433	(166.672)

Instrumentos
 Termo de Mercadoria (alumínio)
 NDF Dólar
 (a) Taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações de fontes de mercado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas aplicadas em 31.12.2020. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices de dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020. (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

	Consolidado			
	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial (c)
Instrumentos				
Instrumentos financeiros passivos	3.780.421		111.522	139.403
Derivativos - swap plain vanilla	(8.139.650)		(240.120)	(300.150)
Total	(4.359.229)		(128.598)	(160.747)
Instrumentos financeiros passivos	(163.551)	alta CDI	5.996	7.482
Derivativos - swap plain vanilla	(476.404)	alta IGP-M	(20.914)	(26.143)
Total	(646.955)		(14.148)	(18.661)
Instrumentos financeiros passivos	(4.765.671)	alta TJLP	(20.914)	(26.143)
Derivativos - swap plain vanilla	(531.855)		(216.021)	(162.015)
Ativo financeiro da concessão	10.347.567		24.625	18.469
Total	6.213.751		479.092	239.546
Ativos e passivos financeiros setoriais	440.686	baixa IPCA	4,63%	287.696
Instrumentos financeiros ativos	1.563.597		13.000	9.750
Total	2.004.283		46.126	34.595
Instrumentos financeiros ativos	(3.488.362)	baixa SELIC	2,78%	59.126
Total	(1.484.079)		5.433	(166.672)

Instrumentos
 Termo de Mercadoria (alumínio)
 NDF Dólar
 (a) Taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações de fontes de mercado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas aplicadas em 31.12.2020. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices de dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020. (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

	Consolidado			
	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial (c)
Instrumentos				
Instrumentos financeiros passivos	3.780.421		111.522	139.403
Derivativos - swap plain vanilla	(8.139.650)		(240.120)	(300.150)
Total	(4.359.229)		(128.598)	(160.747)
Instrumentos financeiros passivos	(163.551)	alta CDI	5.996	7.482
Derivativos - swap plain vanilla	(476.404)	alta IGP-M	(20.914)	(26.143)
Total	(646.955)		(14.148)	(18.661)
Instrumentos financeiros passivos	(4.765.671)	alta TJLP	(20.914)	(26.143)
Derivativos - swap plain vanilla	(531.855)		(216.021)	(162.015)
Ativo financeiro da concessão	10.347.567		24.625	18.469
Total	6.213.751		479.092	239.546
Ativos e passivos financeiros setoriais	440.686	baixa IPCA	4,63%	287.696
Instrumentos financeiros ativos	1.563.597		13.000	9.750
Total	2.004.283		46.126	34.595
Instrumentos financeiros ativos	(3.488.362)	baixa SELIC	2,78%	59.126
Total	(1.484.079)		5.433	(166.672)

Instrumentos
 Termo de Mercadoria (alumínio)
 NDF Dólar
 (a) Taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações de fontes de mercado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas aplicadas em 31.12.2020. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices de dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020. (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano. Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

	Consolidado			
	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial (c)
Instrumentos				
Instrumentos financeiros passivos	3.780.421		111.522	139.403
Derivativos - swap plain vanilla	(8.139.650)		(240.120)	(300.150)
Total	(4.359.229)		(128.598)	(160.747)
Instrumentos financeiros passivos	(163.551)	alta CDI	5.996	7.482
Derivativos - swap plain vanilla	(476.			